

AS EXPERIÊNCIAS IDENTITÁRIAS E TERRITORIAIS DOS AFRO-BRASILEIROS NOS QUILOMBOS RURAIS E URBANOS DE MINAS GERAIS

Pedro Barbosa¹

Resumo: O artigo que apresentamos para a temática “Classes, identidades e territórios: questões e debates” é parte dos resultados obtidos em nossa pesquisa de doutorado do Programa de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Trata-se, das análises dos modos organizativos do Movimento Social Negro Brasileiro a partir de sua luta histórica pela preservação das identidades, territorialidade e direitos coletivos dos afrodescendentes no Brasil. No âmbito de nosso trabalho, contextualizamos os processos de formação dos quilombos rurais e quilombos urbanos no estado de Minas Gerais, que se formaram ainda no período colonial como uma autodefesa e ofensiva dos escravizados contra o regime de opressão do cativo e pela liberdade que, conseqüentemente, tornou-se uma escola de formação política e estratégica nos processos de ocupações de áreas não povoadas após a abolição formando o que hoje denominamos como “territórios negros”. Nas cidades mineiras os “territórios negros” são parte de uma continuidade de tradição de luta do Movimento Social Negro Brasileiro nos processos de formar comunidades quilombolas, sejam elas rurais ou urbanas. Contudo, como em todo Brasil contemporâneo, no estado de Minas Gerais, as terras no meio rural e os territórios negros no meio urbano, juntamente com sua história, estão ameaçadas e muitos pedidos de autodeclaração para titulação que ainda tramitam na justiça sem solução.

Palavras-chave: Quilombos mineiros; Identidades e territórios Negros.

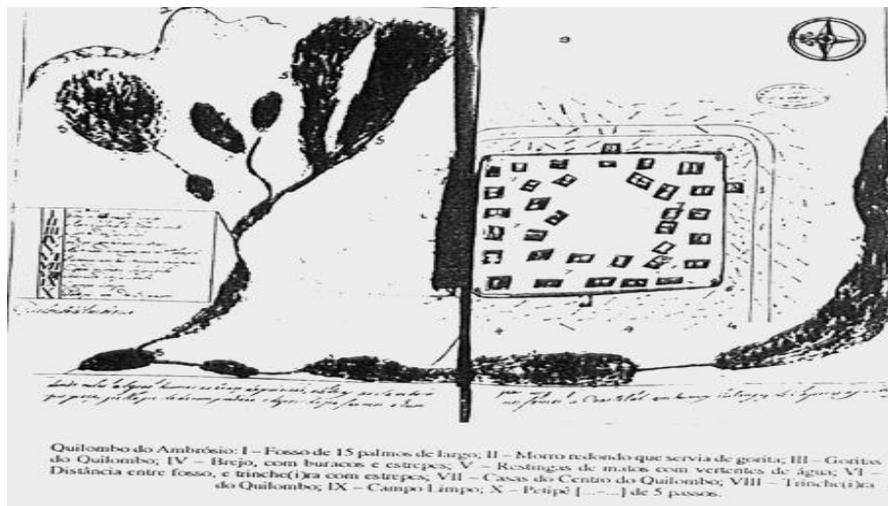
Resumen: El artículo que presentamos con el tema “Clases, identidades y territorios: preguntas y debates” forma parte de los resultados obtenidos en nuestra investigación de doctorado en el Programa de Ciencias Sociales de la Universidad Estadual Paulista (UNESP). Se trata del análisis de los modos organizativos del Movimiento Social Negro Brasileño a partir de su lucha histórica por la preservación de las identidades, territorialidad y derechos colectivos de los afrodescendientes en Brasil. En el ámbito de nuestro trabajo, contextualizamos los procesos de formación de quilombos rurales y quilombos urbanos en el estado de Minas Gerais, que se configuraron en el período colonial como una autodefensa y ofensiva de los esclavizados contra el régimen de opresión del cautiverio y la libertad que, en consecuencia, se convirtió en una escuela de formación política y estratégica en los procesos de ocupación de áreas despobladas luego de la abolición, conformando lo que hoy llamamos “territorios negros”. En las ciudades de Minas Gerais, los “territorios negros” son parte de una continuidad de la tradición de lucha del Movimiento Social Negro Brasileño en el proceso de formación de comunidades quilombolas, ya sean rurales el urbanas. Sin embargo, como en todo el Brasil contemporáneo, en el estado de Minas Gerais, las tierras en las zonas rurales y los territorios negros en las zonas urbanas, junto con su historia están amenazadas y muchas solicitudes de autodeclación título siguen pendientes en los tribunales sin solución.

Palabras-clave: Palenques de Minas Gerais; Identidades y territorios negros.

¹ Pós-Doutor em Ciências Sociais - Professor do Curso de História — Unidade Acadêmica de Ciências Humanas - Universidade Federal de Jataí/GO (UFJ). cosmocratico@gmail.com — Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9323979478477151>

A formação dos quilombos rurais.

A história das experiências identitárias e territoriais dos Afro-Brasileiros nos Quilombos Rurais e Urbanos no Estado de Minas Gerais, começaram com os processos de luta e resistência da população negra brasileira contra o regime escravista ainda no período colonial. Desse modo, quanto mais cresciam as rebeliões escravas nas senzalas e suas fugas dos cativeiros, formava-se comunidades quilombolas por todo território mineiro. Historicamente, das comunidades quilombolas rurais formados no referido estado a mais destacada foi a do Quilombo do Campo Grande/Rei Ambrósio. Veja na imagem I, abaixo, o mapa territorial desse quilombo.



A imagem acima é do Arquivo Nacional e mostra detalhes do mapa territorial do Quilombo de Campo Grande/Rei Ambrósio, no interior de Minas. Fonte: Disponível em: http://www.viafanzine.jor.br/site_vf/arqueo/quilombos.htm Acesso em 19/10/2020.

As rebeliões escravas, as fugas em massa de escravos/as para formação de quilombos, no contexto histórico das relações de *classes*², *identidades*³ e *territórios*⁴, demonstram que durante o período colonial, império e república, a população de africanos escravizados e seus descendentes estiveram permanentemente envolvidos com as lutas pela liberdade e autodeterminação dos povos oprimidos (negros e indígenas).

Essa tendência demonstra que ao longo do tempo,

A história dos quilombos em Minas Gerais, assim como a história da sociedade mineira, é contada, como numa sinfonia, em muitos movimentos. Muito antes da chegada dos bandeirantes paulistas e baianos no que é hoje o território mineiro, africanos fugidos da escravidão se fixaram em diversas áreas. (CEDEFES, 2008, p. 26)

Assim como em boa parte do território brasileiro onde houve intenso trabalho escravo, no início do século XVIII, entre tantos processos empíricos que assistimos de formação de espaços territoriais negros emergiu mais ou menos na região centro-oeste da então Capitania de Minas Gerais, uma confederação de quilombos que, no conjunto, passou a ser conhecido como Quilombo do Rei Ambrósio, ou do Campo Grande (1746-1759). Muitos estudiosos, narram e consideram esse quilombo como um dos mais importantes do Brasil.

² Para o sociólogo nordestino Clovis Moura (1925-2003), todas formas de resistências dos africanos e afrodescendentes contra a opressão que sofriam na escravidão e ainda continuam na contemporaneidade, sempre será a principal dimensão da luta de classes. Portanto, no Brasil, raça e classe é uma luta permanente contra a sociedade capitalista.

³ Para a pedagoga mineira Nilma Lino Gomes “A discussão sobre relações raciais no Brasil é permeada por uma diversidade de termos e conceitos”. No que diz respeito a ao conceito de identidade negra, essa autora explica que “para entender a construção da identidade negra no Brasil é importante também considerá-la não somente na sua dimensão subjetiva e simbólica, mas sobretudo no seu sentido político”.

⁴ No tocante aos territórios negros, existem muitas literaturas que os classificam como espaços de convivências tanto no meio rural como no meio urbano de comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil. Ver ANJOS (2000) “Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil — Primeira configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000”.

Dentre os quilombos existentes em Minas Gerais, destacaram-se o Quilombo dos Garimpeiros, o do Ambrósio, o do Sapucaí, o do Paraibuna, o de Inficionado, o de Pitangui, o de Jabuticatubas, o de Misericórdia e o de Campo Grande entre outros. Entre os quilombos mineiros, o mais importante é o do Campo Grande, por sua duração e população de 20 mil aquilombados. O Quilombo do Campo Grande tinha uma organização parecida com a de Palmares. Ele surgiu das ruínas do Quilombo do Ambrósio, fortalecido após a destruição deste último. (CARDOSO, 1995, p. 15)

Estudos arqueológicos apontam que há indícios que a comunidade quilombola de Campo Grande/Ambrósio se situava territorialmente do Rio das Mortes (perto de São João Del Rei), passando por onde hoje é Itaguara (às margens da BR-381, MG-SP), em direção a Abaeté, seguindo para Ibiá, Campo Belo e com sede mais duradoura onde, atualmente, fica a cidade de Cristais. “Esta é a região denominada Sertão da Farinha Podre, onde teria se instalado o quilombo do Ambrósio e centenas de outros”, (CEDEFES, 2008, 301).

O referido quilombo, possui uma referência extremamente importante para identidade e pertencimento da população negra das regiões do Triângulo e Alto Paranaíba. Territorialmente e politicamente, a grande força da confederação de Campo Grande/Ambrósio foi pelo fato de ter sido maior que o quilombo de Palmares, porque enquanto esse construiu 9 núcleos ou vilas, Campo Grande/Ambrósio contabilizou 27 vilas ou núcleos. Por isso, que “militarmente organizado, o quilombo de Ambrósio foi combatido mais de uma vez ao longo do séc. XVIII, até ser finalmente aniquilado em 1759” (CEDEFES, 2008, p. 301).

A partir da Confederação de Ambrósio/Campo Grande, outros tantos quilombos foram formados e passaram a marcar a contestação e resistência dos negros/as no Estado de Minas Gerais. Assim, num emaranhado de aldeias confederadas passaram a viver e conviver os quilombolas (negros escravos fugidos), indígenas de várias etnias, brancos pobres, garimpeiros, comerciantes falidos, perseguidos de todos os tipos, formando uma população heterogênea e fixa de vários milhares de homens, mulheres, crianças, idosos. Faziam

comércio com os tropeiros, garimpavam e trocavam ouro e pedras preciosas por armas e munições, sal, tecidos, charque e tudo o mais que precisassem, vivendo de forma autônoma por meio de agricultura de subsistência, com o eventual excedente sendo também objeto de troca. (BERGAD, 2004).

Entretanto, como é comum numa sociedade antagônica dividida em raça e classes, gênero e etnia (TROTSKY, 1971) como é o caso da sociedade capitalista brasileira, a formação de uma organização contrária à hegemonia colonialista da época não suportava uma Confederação dessa natureza. Essencialmente, quando era colocado em risco uma das principais fontes de riqueza da Corte portuguesa. Por isso, conforme já citado acima, as ofensivas da ordem escravocrata contra os quilombolas eram intensas, sucessivos ataques de tropas financiadas por comerciantes portugueses e agrupamentos de mercenários atacavam os quilombolas confederados de Ambrósio/Campo Grande. Contudo, esses povos quilombolas conseguiram resistir por um bom tempo. Entre tantos ataques foram quase uma década e meia de resistência (1746-1759).

À medida que os quilombolas da Confederação de Ambrósio/Campo Grande resistiam, a Corte Portuguesa aumentava sua ira. Sobretudo depois que os interesses da Corte pelo Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro)⁵ se tornaram cada vez maiores, pelas possibilidades de riquezas, trânsito para regiões mais interioranas e controle das terras de Goiás. O Triângulo Mineiro naquele momento, pertencia ao estado de Goiás, por isso havia uma motivação também de política expansionista, além de controle sobre os territórios das minas. (BERGAD, 2004).

⁵O Triângulo Mineiro é uma das dez regiões do Estado de Minas Gerais. Situa-se entre o Rio Grande e Paranaíba. É parte da Mesorregião do Triângulo Mineiro e alto Paranaíba. Ao todo são 66 municípios. As cidades mais importantes são Uberlândia, Uberaba, Araxá, Araguari, Patos de Minas, Ituiutaba e Patrocínio.



A Imagem acima é do povoado de Catumba, famoso reduto da cultura negra no Centro Oeste de Minas Gerais, que ainda guarda alguns restos de construções feitas pelos escravos. Algumas pesquisas apontam que seja vestígio do Quilombo do Rei Ambrósio. Disponível em: http://www.viafanzine.jor.br/site_vf/arqueo/quilombos.htm Acesso em 19/10/2020.

Com os fins de alcançar os objetivos do governador da Capitania das Gerais e da Corte, seria preciso eliminar a Confederação do quilombo de Ambrósio/Campo Grande e anexar à região do Triângulo. Com isso, as batalhas ocorridas em regiões mais centrais, próximas a Formiga, Itapeçerica (então Vila do Tamanduá), Campo Belo e Cristais, por exemplo, eram registradas pelo Coronel Inácio Correia Pamplona (um dos principais delatores da Conjuração Mineira), como tendo ocorrido mais além, perto da região do sertão da Farinha Podre. (BERGAD, 2004).

Assim, a região assistiu a um dos massacres mais cruéis da história brasileira das ofensivas contra as organizações quilombolas, depois do quilombo de Zumbi dos Palmares.

A destruição da Confederação do Quilombo de Ambrósio/Campo Grande se deu por volta de 1760, quando o bandeirante pitanguiense Bartolomeu Bueno do Prado partiu com cerca de quatro mil homens bem armados (pelos padrões da época): armas de fogo e brancas, lanças, arco e flecha. (BERGAD, 2004).

Durante um dos embates, o referido bandeirante, junto com seus mercenários, decepou quatro mil pares de orelhas dos combatentes quilombolas e colocou-as em tonéis com salmoura, para serem entregues em Vila Rica, em troca do respectivo pagamento por cada morto. O quilombo resistiu até seu fim, seguido da dispersão, morte e aprisionamento dos sobreviventes. (BERGAD, 2004).

Contudo, em Minas Gerais, mesmo após esse episódio, as tradições de lutas quilombolas permaneceram. Até porque essas experiências não se perdem, mesmo quando são intencionalmente colocadas em esquecimento pelos “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 1982), políticos e governantes a serviço da elite hegemônica dentro de um Estado subdivido em raça e classe, gênero e etnia (TROTSKY, 1971), como é o caso brasileiro.

Embora havendo muitas lacunas, pois os dados e informações impressas mais detalhadas sobre a Confederação do Quilombo de Ambrósio/Campo Grande são escassos, grandes quantidades dos documentos foram levadas para São Paulo e para Portugal. Outra parte dos documentos, simplesmente, foi destruída, pelo que se sabe, mas a tradição oral permaneceu viva e as histórias seguem seu curso, principalmente, pelas manifestações cotidianas de negros e negras com suas fontes orais e escritas.

Hoje em dia a maioria dos quilombos vive nas periferias das cidades. Porém a sua presença ainda é marcante, como pode ser visto na permanência das festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, cujos tambores repercutem mesmo nas grandes cidades da região. Em Uberlândia, por exemplo, na festa realizada em outubro de 2007, compareceram cerca de 2.500 congadeiros, agrupados em 35 grupos de marinheiros, congos, catopés, marujos e moçambiqueiros. (CEDEFES, 2008, pp. 302-303)

Portanto, diante da preservação histórica de sociabilidades dessas entidades de manifestações socioculturais religiosas da população afrodescendente na região do Triângulo Mineiro, assistimos os processos de permanências, identidades e pertencimentos do referido segmento étnico racial.

Dos quilombos rurais aos quilombos urbanos.

Conforme vimos anteriormente, a Confederação do Quilombo de Ambrósio/Campo Grande no estado de Minas Gerais representou uma contra ofensiva dos escravizados contra o regime de opressão do cativo e pela liberdade. Também foi uma escola de formação política e estratégica nos processos de ocupações de áreas não povoadas após a abolição ou mesmo o recebimento de glebas de terra de seus (antigos) proprietários por doação ou herança. Tudo isso foram formas de conquista e consolidação dos “territórios negros” (CARRIL, 2006) em Minas Gerais. Porque, a “Reminiscência desse quilombo, localizado no município de Ibiá, foram tombadas pelo IPHAN em 2002” (CEDEFES, 2008, pp. 301)⁶.

Nessa linha de raciocínio e revelações sobre a experiência de luta herdada das organizações quilombolas, assim como ocorreu em outros estados brasileiros, a exemplo da Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe, percebe-se em Minas Gerais a presença de uma infinidade de territórios negros.

Esses espaços foram formados em decorrência da própria força das condições objetivas e materiais da sociedade subdividida em raça e classe, gênero e etnia (TROTSKY, 2009) como é o caso da sociedade brasileira.

Não se pode, porém, inventar, em todas as suas peças, um novo modo de vida. Pode-se construí-lo a partir de elementos reais e capazes de se desenvolver. Por isso, antes de construir, é preciso conhecer aquilo que se dispõe. O que é

⁶ A partir da previsão constitucional do tombamento dos documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, foram abertos onze processos de tombamento no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assim nominados: “Quilombo Vão do Moleque”, “Quilombo Flexal”, “Quilombos de Oriximiná”, “Área conhecida como Jamary dos Pretos ocupada por comunidade remanescente de Quilombo”, “Área conhecida como Mocambo ocupada por comunidade remanescente de Quilombo”, “Áreas conhecidas como Riacho de Sacutiaba e Sacutiaba ocupada por comunidade remanescente de Quilombo”, “Área conhecida como Castainho ocupada por comunidade remanescente de Quilombo”, “Área conhecida como Porto Coris ocupada por comunidade remanescente de Quilombo”, “Quilombo em Ivaporunduva”, “Área ocupada por comunidade remanescente de Quilombo conhecida como Campinho da Independência” e “Remanescentes do antigo Quilombo do Ambrósio”. Desses processos, apenas o último resultou no tombamento. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/81/quilombo> Acesso em 19//10/2020.

necessário não só para agir sobre o modo de vida, mas em geral para toda a atividade humana consciente. (TROTSKY, 2009, p. 31)

Com o fim da escravidão e simultaneamente a intensificação do trabalho assalariado predominantemente ocupado por imigrantes brancos europeus, forma-se uma massa populacional grandiosa no meio urbano, lugar onde ocorre uma segregação étnico racial e socioespacial. Essa segregação é uma imposição burguesa não-negra e capitalista como forma de reafirmar a hierarquia de valores que estrutura a sociedade de raça e classe e que impede o acesso de determinados grupos aos benefícios e oportunidades da urbanização.



A Imagem acima é de quilombos urbanos da capital mineira. Dentre eles, o Quilombo dos Luízes, Bairro Grajaú, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/02/17/interna_politica,498981/comunidadesremanescentes-de-quilombos-lutam-pelo-direito-a-propriedade.shtml Acesso em 19/10/2020.

Para os segmentos étnico raciais não-brancos em sua maioria, restaram os arredores das cidades que foram englobados pelo crescimento urbano dos municípios para além das populações que habitavam áreas valorizadas: os bairros de classe média branca. O exemplo maior desse processo é a cidade de Belo Horizonte que foi projetada pra ser a capital do estado de Minas Gerais a partir de 1897. Posteriormente, entre as décadas de 1930 e 1940, houve também o avanço da industrialização, além de muitas construções de inspiração

modernista, notadamente as casas do bairro Cidade Jardim, que ajudaram a definir a fisionomia da cidade.

Nesse contexto, final do século XIX e início do XX, os quilombos urbanos foram formados, principalmente, por grupos de escravizados e ex-escravizados que viviam nos arredores de cidades como Uberlândia, Juiz de Fora, Uberaba e Belo Horizonte, cidades focos de nossos estudos sobre o Movimento Social Negro Brasileiro, assistimos à presença de vários territórios negros.

Nessas cidades, esses grupos passam a ter em comum o vínculo com a ancestralidade negra, ainda que o quilombo também seja um local para acolhida de brancos empobrecidos, com os quais estabelecem vínculos de solidariedade. A opressão histórica e a resistência atual frente à especulação imobiliária e projetos de desenvolvimento urbano que implicam na redução do território ou no deslocamento desses grupos étnicos, também são fatores de permanência, unidade e reivindicações entre estas populações.

Desse modo, esses territórios negros são denominados como quilombos urbanos (CARRIL, 2006). Em Minas Gerais, a presença desses espaços explica-se pela natureza em que foram formados os primeiros quilombos citados por nós anteriormente, essencialmente após as experiências de Ambrósio/Campo Grande. Ou seja, após a destruição de Ambrósio/Campo Grande, foram surgindo vários pequenos quilombos que se fixaram nos arredores das vilas, centros urbanos e fazendas. Dessa forma, assistimos surgir em vários municípios à presença de comunidades negras urbanas como remanescentes dos antigos quilombos rurais.

Em Minas Gerais,

O grande número de cidades fez com que ex-escravos fossem morar nas áreas urbanas e circunvizinhas. Posteriormente, com a forte urbanização das últimas décadas, as cidades acabaram por engolir os espaços antes restritos às comunidades quilombolas, o que resultou na atual formação dos quilombos urbanos. (...) Os quilombos urbanos foram formados também pela migração da comunidade para determinado local da cidade após perderem suas terras por algum motivo. Essa história de formação das comunidades do Baú, em Araçuaí, na

região do Jequitinhonha, e a dos Amaros, em Paracatu, na Região Noroeste. (CEDEFES, 2008, p. 45)

Copiosamente, vários desses quilombos tornaram-se urbanos em função do crescimento acelerado das cidades nos séculos XIX e XX. Sobretudo depois da expansão dos centros urbanos, os territórios negros surgiram e foram “inseridos” e se tornaram parte de um espaço que podemos compreender como local de “sentido” e “pertencimento” (WEBER, 2004).

Assim, com bases nas experiências socioculturais e socioespaciais de seus ancestrais e movidas pelo desejo de manter ou reconquistar uma vida em comunidade, os quilombolas urbanos, bem como os quilombolas rurais, compartilham uma mesma história e um mesmo objetivo: a valorização de seu passado de identidade, pertencimento luta e resistência para conquistar sua autodeterminação. Desse modo, nos espaços urbanos onde se concentram os afro-mineiros desenvolve-se a contraposição da diversidade cultural e política em relação aos condomínios luxuosos, habitados predominantemente pelas classes média e alta da população branca.

Uma vez estabelecido esse entendimento, compreendemos que nas proximidades geográficas dos quilombos próximos aos centros urbanos ou mesmo o seu compartilhamento no interior das cidades não pode ser entendido como fator que os descaracteriza como tal, pois não são as características do local e seu entorno que proporcionam identidade aos negros e negras que ali residem, mas sua história vivida e projetada (CARRIL, 2006).

Vários movimentos sociais tiveram início entre os quilombos rurais, com apoio de partidos políticos, movimentos negros, movimentos ambientalistas, e, sobretudo, a Igreja, para que através da titulação da terra, o homem não se separe do meio. Entre os quilombos urbanos, a organização se faz entre os homens em torno da música, da dança e da arte, ali onde o meio lhe é hostil. No urbano, não se planta, não se pesca e nem se coletam frutos da mata. Na cidade fragmentada, os grupos se solidarizam para recuperar a autoestima em situação de marginalização social. (CARRIL, 2006, p. 166).

Assim, de acordo com a historiadora e geógrafa Lourdes de Fátima Bezerra Carril, também nas cidades a identidade quilombola é construída em função de uma história de luta e escassez — e essa história comum unifica o que o contexto espacial parece dividir: o quilombo rural e o quilombo urbano.

Alguns estudos apontam que na região metropolitana de Belo Horizonte, até março de 2007, três comunidades quilombolas haviam sido identificadas: Arturos, Luízes e Mangueiras (CEDEFES, 2008).

No entanto, essas pesquisas apontam que o número de quilombos urbanos em Minas Gerais é maior. Por exemplo, na cidade de Uberlândia, bairros históricos de remanescentes de população negra, como são os casos do Patrimônio, Martins e Operário, estão em fases de estudos para reconhecimento desde 2009.

Na cidade de Uberlândia o antropólogo José Carlos Gomes da Silva observou que,

Quanto à temática da segregação espacial da coletividade negra no espaço urbano, diríamos que apenas recentemente a questão começa a ser discutida. Uma hipótese para a ausência dessa reflexão certamente não se prende ao fato do convívio inter-racial tê-la equacionado. De fato, a questão da segregação étno-espacial tem se refletido nas grandes cidades (SILVA, 1997, p. 11). A despeito da condição de grupo segregado verificamos que no Patrimônio (um dos bairros de Uberlândia/MG) a coletividade negra desenvolveu diferentes formas de sociabilidade. Neste sentido, os grupos de Moçambique, hoje, atuantes nas festividades em homenagem a Nossa Senhora do Rosário foram os pioneiros. O Clube de Futebol Guarany, a Folia de Reis, a Escola de Samba Tabajara, indicam que através de diferentes práticas culturais de origem afro, ou através de re-significações e redes de sociabilidade que permitem uma releitura positiva do espaço (idem, p. 21).

Voltando a metodologia de trabalho de pesquisa realizada pelo CEDEFES (2008), esse centro de estudo ainda destaca a existência de quilombos urbanos que foram formados pela migração de uma comunidade para uma determinada área urbana em função da perda de suas terras.

Dessa forma,

O quilombo hoje é reconhecido pelas características antropológicas e territoriais. A relação da comunidade com o território (uso e apropriação), com a cultura de matriz africana e com a política é que definirá se uma comunidade é quilombola ou não. Ou seja, o quilombo é espaço de resistência e reinterpretação do mundo pelos seus moradores etnicamente diferenciados (CEDEFES, 2008, p. 36).

Ainda de acordo com os pesquisadores do CEDEFES (2008), essa é a história de formação das comunidades do Baú, em Araçuaí, na região do Vale do Jequitinhonha; a família dos Amaros, em Paracatu, na região Noroeste; e a família de Palmeiras, no município de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, que surgiu em função da aglomeração de trabalhadores negros da linha ferroviária. Ademais, na atualidade, a cada momento surgem outros territórios negros em solo mineiro dentro de várias cidades como parte do revigoração do legado de seu próprio passado.

Porque segundo os pesquisadores do CEDEFES,

Na atualidade, o conceito quilombo vai muito além dos antigos grupos descendentes de escravos fugidos dos períodos colonial e imperial. Ele também engloba, além das comunidades rurais, grupos urbanos que se autodefinem como comunidades negras e pedem registro de seu espaço como “território negro”. (CEDEFES, 2008, p. 31).

Em nosso entendimento, essa concepção de quilombos urbanos, feita pelos estudos realizados por (SILVA, 1997), (CARRIL, 2006) e pelo (CEDEFES, 2008) sobre a ampliação conceitual de uma identidade quilombola no momento atual, permite considerar que os bairros com concentração expressiva da população afro-brasileira em muitas cidades mineiras podem ser territórios de resistência negra, espaços legítimos de negros e negras em movimento.

Normalmente, esses espaços nos meios urbanos ganham denominações de região periférica, favela, gueto ou sutilmente comunidades. Neles operam convivências alternativas de sociabilidades, perpassando pela vida econômica, cultural e política.

De formas variadas, constroem identidades afro-brasileiras através de organizações congadeiras como os quartéis (sede desses agrupamentos), os jogos (predominantemente futebol e basquete), competições de danças de rua, as folias de reis, as festas e cortejos de religião de matriz africana, as práticas da arte dos despachos, as feiras e mercados informais, os serviços ambulantes das profissões de rua como sapateiros, engraxates, salões de cabeleireiros/as afros, atividades artísticas e artesanais, associações de entidades negras, emissoras de rádio, dentre tantos recursos, constituindo um conjunto de repertórios econômicos, culturais e políticos se processando nos territórios afro-brasileiros que a força xenofóbica e coercitiva física do Estado a serviço da classe hegemônica não consegue liquidar.

Na cidade Uberlândia, a tradição congadeira como movimento de ocupação territorial socioespacial é muito forte. Os Ternos de congado fortalecem a religiosidade e cultura popular do município. A cidade tem 25 grupos divididos entre Moçambiques, Catupés, Congos, Marujos e Marinheiros, que realizam uma festa centenária.

Ternos de Congado de Uberlândia

GRUPOS	SEDE
Congo Prata	Bairro Martins
Congo Rosário Santo	Bairro Aparecida
Congo Camisa Verde	Bairro Aparecida
Congo Santa Ifigênia	Bairro Brasil
Congo Amarelo Ouro	Bairro Santa Mônica
Congo Verde e Branco	Bairro Pampulha
Congo São Domingos	Bairro Jardim Brasília
Congo Cruzeiro do Sul	Bairro Dom Almir
Congo de Sainha	Bairro Saraiva
Nossa Senhora do Rosário Catupé	Bairro Martins
Catupé Dona Zumira	Bairro Dona Zumira
Catupé Azul e Rosa	Bairro Santa Mônica
Marinheiro Nossa Senhora do Rosário	Bairro Alto Santa Mônica
Catupé do Mansour	Bairro Mansour
Marinheiro	Bairro Tibery

de São Benedito	
Marujos Azul de Maio	Bairro Roosevelt
Moçambique Raízes	Bairro Planalto
Moçambique Angola	Segismundo Pereira.
Moçambique Guardiões São Benedito	Bairro Santa Mônica
Moçambique Estrela Guia	Bairro São Jorge
Moçambique Pena Branca	Bairro Patrimônio/Canaã
Moçambique Princesa Isabel	Bairro Campo Alegre
Moçambique de Belém	Bairro Santa Mônica
Moçambique do Oriente	Bairro Roosevelt
Moçambique Quilombo dos Palmares	Bairro São Jorge

Disponível em <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2018/10/14/ternos-de-congado-fortalecem-religiosidade-e-cultura-popular-em-uberlandia.ghtml> Acesso em 19/10/2020

Assim, acreditamos que a experiência da justaposição histórica entre quilombos rurais e urbanos podem proporcionar uma maior interlocução entre ideia e ação. Ou seja, uma práxis social permanente (TROTSKY, 1979) entre negros e negras em movimento, intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1982) dos núcleos de pesquisas acadêmicos como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e militantes do movimento negro, no sentido de tornar mais eficiente a luta pela promoção da igualdade racial.

Desse modo, foi através dessa práxis social que foi realizado o “Projeto Quilombos Gerais”⁷. Uma articulação de diversos atores locais, estaduais e federais, para a construção,

⁷ Em execução desde 2003, o Projeto Quilombos Gerais, é uma iniciativa que conta com o apoio financeiro da Misereor, entidade alemã de apoio internacional ligada à igreja católica. Voltado para a promoção das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. (CEDEFES, 2008, p. 13).

em tão pouco tempo, de uma entidade como a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais.

A Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'GOLO) é uma entidade sem fins lucrativos que representa política e juridicamente as comunidades quilombolas mineiras. As primeiras mobilizações para a sua criação ocorreram em 2004, durante o 1º- Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas. Esse evento permitiu um primeiro contato entre lideranças das comunidades quilombolas e delas com autoridades governamentais das esferas federal, estadual e municipal e organizações não governamentais. As 78 comunidades quilombolas presentes ao 1º- Encontro Estadual decidiram pela construção de uma organização que as representasse, para isso foi constituída uma Comissão Quilombola Provisória com pessoas eleitas por região. Esse grupo realizou três reuniões, que definiram a criação de uma que representasse os quilombolas mineiros. Assim, em assembleia realizada em junho de 2005, em Belo Horizonte, 170 quilombolas, representando 76 comunidades, fundaram a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, N'Golo. (CEDEFES, 2008, pp. 86-87).

A iniciativa de criação da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais possui um objetivo claro. Como em todo Brasil contemporâneo, em Minas Gerais, as terras no meio rural e os territórios negros no meio urbano, juntamente com sua história, estão ameaçadas e muitos pedidos de titulação ainda tramitam na justiça sem solução.

Conseqüentemente, as ações promovidas pela Federação das Comunidades Quilombolas de Minas demonstra que o mais importante é que as formas de organização política da população Afro-Mineira é parte de um processo histórico que vem se constituindo ao longo dos anos, através dos modos marcantes e singulares desenvolvidos e adquiridos pelos negros e negras em movimentos através de sua organização política para fazer valer os direitos adquiridos pela Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que consagra às comunidades quilombolas o direito à propriedade de suas terras.

Territórios negros rurais e urbanos: aquilombar para reparar.

Conforme já descrevemos os territórios negros brasileiros são espaços de identidade, pertencimento, convivência, luta e resistências contra o preconceito, racismo e discriminação dos afro-brasileiros, como resultado histórico dos processos de formar comunidades quilombolas, sejam eles rurais ou urbanos.

Desse modo, os processos de continuidade de luta quilombola como forma de organização política dos afro-brasileiros tem se constituindo ao longo dos anos, através dos modos marcantes e singulares desenvolvidos e adquiridos pelos negros e negras em movimento através de manifestações religiosas, culturais, econômicas, sociais, políticas e de lazer, de um modo geral, espalhadas por todo território brasileiros.

Esses canais organizacionais possibilitaram ao negro sobreviver em face da situação altamente inferiorizada em que se encontrava antes de 1888 e se encontra atualmente. São organizações voluntárias que surgiram antes do 13 de maio e surgem atualmente não apenas entre os negros de classe média (não chegam a 500 famílias em São Paulo) mas nas áreas proletarizadas e marginalizadas. A essas organizações voluntárias, ou espontâneas, nós denominamos *grupos específicos* negros. Para nós, são grupos que se identificam na sociedade de classes por uma *marca* que essa sociedade lhes impôs, e, ao invés de procurarem fugir dessa *marca*, transformaram-na em herança positiva, organizam-se através de um *ethos* criado a partir da tomada de consciência da diferença que as camadas privilegiadas em uma sociedade etnicamente diferenciada estabeleceram. (MOURA, 1983, p. 47).

Assim, conforme avalia Moura (1983), no caso específico da diáspora brasileira, essa continuidade quilombola permite uma memória coletiva, que cotidianamente se fragmenta e se renova justamente nos espaços territoriais povoados pelos afro-brasileiros e nos seus diálogos e negociações contra a realidade hostil imposta pelos aparelhos físicos e ideológicos do Estado organizado de acordo com interesses econômicos, sociais, culturais, étnicos e políticos da classe elitista branca.

É justamente por estarem em permanente estado de segregação racial e social que os negros e negras em movimento impõem sua existência, resistência e contestação

diariamente no espaço urbano, transformando esses espaços gradativamente em territórios negros (ruas, praças, avenidas, Igrejas, quartéis/sedes de agrupamentos de congada, clubes, bairros, etc.).

Neste contexto, entendemos que os afro-brasileiros que trazem em si a marca da resistência a amplos processos de transformação urbana e segregação racial e classista apresentam formas de vida social em territórios urbanos específicos. A persistência desses grupos indica a pluralidade temporal do espaço da cidade e justificam a permanência de negros e negras em movimento.

Em várias cidades brasileiras, esse legado fez nascerem organizações politicamente orientadas como o Movimento Negro Unificado (MNU); União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), Grupo União e Consciência Negra (GRUCON), Agentes de Pastoral Negros (APNs), Conselhos Estadual e os Conselhos municipais de Promoção da Igualdade Racial, Comissão de Promoção da Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Uberlândia/MG, representação nas gestões dos poderes executivos como Coordenadorias e Superintendências estaduais e municipais de Promoção da Igualdade Racial e as Conferências nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR).

Neste contexto, os afro-brasileiros em cada cidade promovem sua gama de contribuição e participação para que, no âmbito do Estado brasileiro, sejam produzidas uma agenda específica para colocar em evidência as políticas públicas de promoção da igualdade racial, tanto na esfera pública, como na esfera privada. Principalmente, as que dizem respeito aos direitos conquistados pela Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que consagra às comunidades quilombolas o direito à propriedade de suas terras e tombamento de seus territórios de convívios de sociabilidades urbanos.

Conclusão

O artigo que apresentamos para a temática “Classes, identidades e territórios: questões e debates”, entendemos que todos os modos organizativos do Movimento Social Negro Brasileiro a partir de sua luta pela preservação das identidades, territorialidade e direitos coletivos dos afro-descendentes no Brasil, é uma ação permanente de negros e negras em movimento como autodefesa e ofensiva dos oprimidos pela sua liberdade e autodeterminação.

Ao trazer para reflexão neste artigo a importância das experiências identitárias e territoriais dos afro-brasileiros nos quilombos rurais e urbanos de Minas Gerais, entendemos que essas formas organizativas, tornaram-se uma escola de formação política e estratégica nos processos de ocupações de áreas não povoadas antes e após a abolição, formando o que hoje denominamos como “territórios negros”.

Nas cidades mineiras os “territórios negros”, conforme buscamos apresentar, nossa compreensão é que eles são parte de uma continuidade de tradição de luta do Movimento Social Negro Brasileiro nos processos de formar comunidades quilombolas, sejam eles rurais ou urbanos. Ou seja, “territórios negros”.

Por conseguinte, num plano geral, ainda procuramos apresentar em nossa exposição, no que diz respeito aos modos de organização de acordo com uma práxis social revelada nos segmentos sociais afro-mineiros no decorrer de sua história, assistimos, permanentemente, processos de lutas, resistências, contestações e reivindicações pautadas por várias condições, consciente ou inconscientemente, capazes de conduzir, invariavelmente, a um só objetivo: a promoção da igualdade racial e, sobretudo, uma real e verdadeira democracia racial ao contrário do “mito da democracia racial” encontrado na narrativa da obra Casa Grande & Senzala, do grande sociólogo pernambucano Gilberto Freyre.

Alguns autores como Florestan Fernandes (2008) e Clóvis Moura (1988), são convergentes em avaliar que na obra Gilberto Freyre existe uma ideologia predominante na

cosmovisão social brasileira sobre as relações raciais Brasil. Ou seja, a crença na existência de um Brasil modelo de “paraíso racial”, isento de contradições de raça e classe. Portanto, os dois autores citados acima, observam que a mitologia da democracia racial é um mecanismo de barragem ideológica para população afro-brasileira que a impede de enfrentar o preconceito, o racismo e a discriminação no Brasil.

Em linhas gerais, não haveria abolição do sistema escravista no passado e nem tão pouco políticas públicas de promoção da igualdade racial no presente, seja no Estado de Minas Gerais ou resto do Brasil, se não houvesse sempre a ação de negros e negras em movimento formando quilombos rurais ou urbanos.

Logo, pelas suas condições históricas e objetivas, a dialética do sistema social que oprimem a população negra brasileira como foi no escravismo e, contemporaneamente, no capitalismo, a temática envolvendo raça, classes, identidades e territórios, adquire uma percepção dialeticamente revolucionária. Pois o protagonismo da população negra possui uma natureza social, sempre subsidiada pela contestação, resistência e reação permanente à sociedade que os/as excluem de qualquer possibilidade de mobilidade social coletiva. Assim, por essas condições históricas, foram a negação do escravismo, do capitalismo, do senhor dono de escravo e do burguês capitalista que os colocaram e os colocam na marginalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, R. S. A. Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil — Primeira configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.

BERGAD, L. W. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1880). Bauru: EDUSC, 2004.

CARRIL, L. F. B. Terras de Negros no vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência. Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

_____, Quilombo, Território e Geografia. In: AGRÁRIA, São Paulo, N° 3, pp. 156-171, 2006.

CEDEFES. Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI — História e resistência / organizado por Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva. — Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil (org). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FERNANDES, Florestan (2008). A integração do negro na sociedade de classes, Vol I. São Paulo: Editora Globo.

FIABANI, Ademir. Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2005.

FREYRE, Gilberto (1988). Casa-grande e senzala. São Paulo: Editora Círculo do Livro.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debates Sobre Relações Raciais no Brasil: Uma Breve Discussão, pp. 39-62. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal I0639/03, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. O Conceito de Hegemonia em Gramsci, 3ª edição, Rio de Janeiro, Graal, 1991.

_____. Maquiavel, a política e o estado moderno. RJ., Civilização brasileira, 1989.

MARX, Karl. A luta pela Jornada Nacional de Trabalho. Repercussões da Legislação Fabril Inglesa Noutros Países. In: O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Volume I. 7ª- edição. Ed. Difel Difusão Editorial S.A. São Paulo, 1982.

_____. Carta de Karl Marx para Abraham Lincoln. In: “Obras Escolhidas” (Editorial Avante!/Edições Progresso Lisboa-Moscou, 1982, tradução de José Barata-Moura), de Karl Marx. A carta foi escrita entre 22 e 29 de novembro de 1864, em plena Guerra Civil Americana. Foi publicada em “The Bee-Hive Newspaper”, nº 169, de 7 de janeiro de 1865.

_____. & ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX K. e ENGELS F. La Guerra Civil en los Estados Unidos. Buenos Aires: Rosa Blindada, 1973.

MOURA, Clovis. Brasil: raízes do protesto negro / Clovis Moura. São Paulo. Global Ed., 1983.

_____, Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1988.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SILVA, José Carlos Gomes; CAIXETA, Jeane Maria. Patrimônio: Imagem e Memória de Um Território Negro em Uberlândia. IN: Boletim do Lapes. Laboratório do Pensamento Social. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

TOURAINÉ, Alan. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: Albuquerque, J. A. G. (org.). Classes médias e política o Brasil. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

TROTSKY, Leon. Questões do modo de vida. A moral deles e a nossa. Trad. Por Diego Siqueira e Daniel Oliveira. Editora Instituto José Luís e Rosa Sundemann, São Paulo, 2009.

_____. A revolução permanente, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

_____. Programa de Transição /A agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional, in: A questão do programa. São Paulo: Ed. Kairós, 1979.

_____. "O Negro Organization," April 5, 1939, Ibid. IN: On Black Nationalism and Self-Determination, Feb. 28, 1933, reprinted in «Leon Trotsky on Black Nationalism and Self-Determination,» Pathfinder Press, 1971. Fonte: <http://www.quarta-internacional.org/spip.php?article219>. Acesso em 06/02/2014.

_____. O combate ao racismo na perspectiva marxista. In: opinião socialista — especial Raça & classe. (São Paulo, 2013, p. 8).

WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: Fernandes, Florestan (org) — Comunidade e Sociedade, São Paulo: Ed. Biblioteca Universitária, 1973.

_____. Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva. Volume I. Editora UNB. São Paulo, 2004.

DOCUMENTOS:

Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (I CONAPIR). Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial. Texto — Base. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR). Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Governo Federal — Brasil. Brasília — DF, Março, 2005.

_____. II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Subsídios à (II CONAPIR). Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR). Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Governo Federal — Brasil. Brasília — DF, 2009.

_____. III Conferência de Promoção da Igualdade Racial: Subsídios para o debate. Brasília — 2013. (III CONAPIR).

SITES

http://www.viafanzine.jor.br/site_vf/arqueo/quilombos.htm

http://www.viafanzine.jor.br/site_vf/arqueo/quilombos.htm

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/81/quilombo>

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/02/17/interna_politica,498981/comunidades-remanescentes-de-quilombos-lutam-pelo-direito-a-propriedade.shtml

<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2018/10/14/ternos-de-congado-fortalecem-religiosidade-e-cultura-popular-em-uberlandia.ghtml>